

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta tese
será disponibilizado somente a partir
de 09/02/2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – CAMPUS DE MARÍLIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

PATRICIA REGINA PIOVEZAN

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL**

MARÍLIA

2017

PATRICIA REGINA PIOVEZAN

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília para a obtenção do título de Doutor.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Dal Ri

MARÍLIA

2017

Piovezan, Patricia Regina.

P662p As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal / Patricia Regina Piovezan. – Marília, 2017.
224 f. ; 30 cm.

Orientador: Neusa Maria Dal Ri.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 203-223

1. Educação. 2. Brasil – Políticas públicas. 3. Políticas públicas - Portugal. 4. Ambiente de trabalho. I. Título.

CDD 370

PATRICIA REGINA PIOVEZAN

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL**

Tese de Doutorado para a obtenção do título de Doutor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília na linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Neusa Maria Dal Ri, Livre Docente, UNESP Campus de Marília

Examinador 1: _____

Candido Giraldez Vieitez, Doutor, UNESP Campus de Marília

Examinador 2: _____

Aparecida Neri de Souza, Doutora, UNICAMP

Examinador 3: _____

Marcelo Augusto Totti, Doutor, UNESP Campus de Marília

Examinador 4: _____

Lalo Watanabe Minto, Doutor, UNICAMP

Marília, 09 de fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Dal Ri pela dedicação, apoio, esforço, compreensão e pela imensurável contribuição para o meu crescimento intelectual nos últimos quatro anos. Agradeço, ainda, a oportunidade por ter sido sua orientanda e por ter confiado no meu trabalho para a realização desta tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da minha pesquisa nos últimos 48 meses, no Brasil, e pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) de setembro a dezembro de 2015 em Portugal.

Ao professor catedrático Licínio Carlos Viana da Silva Lima por ter sido o supervisor do meu estágio científico no exterior e aos funcionários da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, pelos serviços prestados.

Aos coordenadores das escolas ETEC Antônio Devisate, E.E. Maria Cecília, Agrupamentos Alberto Sampaio e Carlos Amarante e aos 38 docentes que concederam as entrevistas para a pesquisa empírica. Agradeço, ainda, aos diretores da APEOESP, unidade de Marília, e da ASPL de Braga pelas entrevistas e explicações que prestaram para a realização deste trabalho.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa da tese: Candido Giraldez Vieitez, Amarilio Ferreira Junior, Aparecida Neri de Souza, Marcelo Augusto Totti e Lalo Watanabe Minto.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia pelas produtivas discussões nas reuniões, amizade e por fazerem parte do meu processo de formação intelectual e pessoal nos últimos 6 anos.

Aos familiares e amigos pela compreensão, apoio e, sobretudo, pela paciência quando estive ausente, dedicada aos estudos, pesquisa e escrita da tese.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus de Marília, que sempre foram atenciosos e dedicados quando solicitamos o seu atendimento.

E, por fim, a todos os colegas e professores que eu conheci ao longo da vida acadêmica nos eventos e disciplinas nos últimos anos.

RESUMO

Nos últimos 40 anos, a precarização do trabalho, isto é, a perda e/ou a corrosão de direitos trabalhistas, ampliou-se em diversos países do mundo em decorrência da expansão e aperfeiçoamento de novos processos produtivos, da dinâmica do capitalismo financeiro e das políticas neoliberais, ou seja, em última instância em decorrência da crise do capitalismo. Ao longo dessas quatro décadas, Brasil e Portugal passaram por episódios históricos semelhantes, apesar das peculiaridades dos acontecimentos em cada país: o fim de um período de ditadura civil-militar; a conquista de direitos sociais, políticos e trabalhistas nas décadas de 1970 e 1980; o início, após os anos de 1990, da adoção de políticas neoliberais e a corrosão de diversos direitos trabalhistas e sociais conquistados nos anos de 1980, em especial, pela categoria docente. O principal objetivo deste estudo é examinar o processo de precarização do trabalho dos docentes da rede pública de ensino dos dois países. Trabalhamos com a hipótese de que a precarização do trabalho docente acompanhou o processo de precarização de outras categorias de trabalhadores, e que sua concretização foi possível em virtude das alterações nas legislações trabalhistas e das reformas nas políticas educacionais que regulamentam o trabalho dos professores. Desse modo, nosso foco nesta pesquisa é identificar as implicações das reformas educacionais no processo de precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal da década de 1990 até os dias atuais. Para a realização deste estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e empírica, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Ao final desta pesquisa, concluímos que nos últimos 26 anos a categoria docente dos dois países vivencia a ampliação da precarização do trabalho, tendo em vista o arrocho salarial, o aumento da jornada de trabalho, a flexibilização do trabalho, entre outros elementos, que afetaram diretamente o trabalho dos professores nas escolas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Precarização, Trabalho Docente, Brasil, Portugal.

ABSTRACT

In the past 40 years the precariousness of work, ie, the loss or corrosion of labor rights has expanded in many countries of the world due to the expansion and improvement of production processes, the dynamics of financial capitalism and neoliberal policies, that is, ultimately as a result of the crisis of capitalism. Along these four decades, Brazil and Portugal had similar historic episodes, despite the peculiarities of the events in each country: the end of a period of civil-military dictatorship; the achievement of social, political and labor in the 1970s and 1980s; the beginning, after the 1990s, the adoption of neoliberal policies and corrosion of various labor and social rights won in the 1980s, in particular, the teaching category. The aim of this study is to examine the precariousness process of work of public school teachers from both countries. We hypothesized that the casualization of teaching followed the process of casualization of other categories of workers, and that their implementation was possible because of changes in labor laws and reforms in educational policies governing the work of teachers. Thus, our focus in this research is to identify the implications of educational reforms in precarious process of teaching in Brazil and Portugal in the 1990s to the present day. For this study we used the bibliographical, documentary and empirical research, through semi-structured interviews. At the end of this research, we conclude that in the last 26 years the teaching category of the two countries experienced an increase in the precariousness of work, in view of wage tightening, an increase in working hours, work flexibility and other factors that affected directly the work of teachers in schools.

Keywords: Educational Policies, Precarious, Teaching Work, Brazil, Portugal.

Lista de Quadros, Figuras e Tabelas

- Quadro 1. Evolução da matrícula na escola primária, por zona, no Brasil, entre 1932 e 1970
- Quadro 2. Expansão da matrícula geral do ensino médio entre 1935 e 1970
- Quadro 3. Medidas neoliberais no Brasil
- Quadro 4. Produção por emprego na indústria automobilística – 1980-1996
- Quadro 5. Assalariados que trabalham mais que a jornada legal por setor da economia (São Paulo %)
- Quadro 6. Flexibilização das leis trabalhistas no Brasil
- Quadro 7. Evolução dos tipos de contratações na região metropolitana de São Paulo (1990 e 2006)
- Quadro 8. Situação Funcional dos Professores da Rede Estadual Janeiro/2007
- Quadro 9. Valores salariais professor educação básica II - 40 horas semanais
- Quadro 10. Rendimento mensal médio em reais - profissões diversas
- Quadro 11. Medidas neoliberais em Portugal
- Quadro 12. Flexibilização das leis trabalhistas em Portugal
- Quadro 13. Salário mínimo nacional em Portugal
- Quadro 14. Aposentação e entradas em quadro
- Quadro 15. Evolução dos vencimentos ilíquidos desde o ano 2005
- Quadro 16. Operações transfronteiras de ações e obrigações (em % do PIB)
-
- Figura 1. Carga horária semanal
- Figura 2. Número de escolas
- Figura 3. Períodos em que leciona
- Figura 4. Lecionam em mais de uma rede de ensino
- Figura 5. Complementação ou não de salários em outras atividades
- Figura 6. Professores complementam a renda
- Figura 7. Salário médio em reais de 2003 a 2012
- Figura 8. Porcentagem de trabalhadores que trabalham mais de 48 horas por semana
- Figura 9. Intensidade do trabalho (%)
- Figura 10. Evolução do emprego temporário na União Europeia e em Portugal (%)
- Figura 11. Evolução da proporção de trabalhadores por conta de outrem com vínculos de trabalho a termo em Portugal e na EU-27 (3º trimestre de 2005/3º trimestre de 2010)

Figura 12. Auto-emprego na União Europeia - 2002 (% total de empregos entre os 15 e os 59 anos)

Figura 13. Fonte de stress

Figura 14. Relação entre professores

Tabela 1. Proporção de professores, segundo opinião sobre as possíveis mudanças nas condições do trabalho docente

Tabela 2. Queixas e sintomas relacionados à Síndrome de Burnout

Tabela 3. Proporção de professores da rede pública, por região geográfica, segundo o vínculo institucional mantido com a escola

Tabela 4. Proporção de professores da rede pública, por nível de ensino em que atua, segundo o tipo de vínculo institucional mantido com a escola

Tabela 5. Valores dos vencimentos iniciais para docentes PEBII, formação em licenciatura plena – 1996 a 2010

Tabela 6. Evolução dos contratos com duração determinada em Portugal (% do emprego total) em comparação com a União Europeia

Tabela 7. Salário mínimo nacional em Portugal (Euros) e aumento (%) (2002-2011)

Lista de Abreviaturas

ADSE – Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica

ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

BCE – Banco Central Europeu

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CBE – Conferência Brasileira de Educação

CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

EMEI – Escolas Municipais de Educação Infantil

EMEFEl – Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil

FEEF – Fundo Europeu de Estabilização Financeira

FENPROF – Federação Nacional dos Professores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICM – Índice de Cumprimento de Metas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo

INL – Instituto Nacional do Livro

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEEF – Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB – Produto Interno Bruto
PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PQE – Programa de Qualidade da Escola
PRODEP – Programa de Desenvolvimento da Educação para Portugal
REDEFOR – Rede São Paulo de Formação Docente
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEB – Secretaria de Educação Básica
SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira
STF – Supremo Tribunal Federal
TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras
TELESP – Telecomunicações de São Paulo
UE – União Europeia
UNESP – Universidade Estadual Paulista
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
VASP – Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

Lista de Quadros, Figuras e Tabelas	07
Lista de Abreviaturas	09
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL	21
1.1. As décadas de ouro do trabalho docente	22
1.2. A ditadura militar e a precarização do trabalho docente	26
1.2.1. As lutas dos professores em prol da educação e do trabalho docente	31
1.3. As políticas neoliberais no Brasil	34
1.3.1. O processo de precarização do trabalho no Brasil	42
1.4. A precarização do trabalho docente a partir da década de 1990	48
1.4.1. A flexibilização do trabalho docente	51
1.4.2. A intensificação do trabalho docente	55
1.4.3. A flexibilização das formas de contratação	64
1.4.4. O arrocho salarial dos docentes	71
1.4.5. A perda do controle sobre o processo de trabalho	83
1.4.6. O aguçamento da alienação dos docentes	90
CAPÍTULO II – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM PORTUGAL	96
2.1. A Revolução dos Cravos e a categoria docente	96
2.2. A reforma da educação nos anos de 1980 e a precarização do trabalho docente	100
2.3. As políticas neoliberais em Portugal	103
2.3.1. O processo de precarização do trabalho em Portugal	109
2.4. As reformas educacionais e as tendências internacionais na década de 1990	118
2.4.1. A flexibilização do trabalho docente	121
2.4.2. A intensificação do trabalho docente	128
2.4.3. A flexibilização nas formas de contratação	136
2.4.4. O arrocho salarial dos docentes	143
2.4.5. A perda do controle sobre o processo de trabalho	151
2.4.6. O aguçamento da alienação dos docentes	163

CAPÍTULO III – AS TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	173
3.1. O trabalho na ordem capitalista	173
3.2. A precarização do trabalho no século XX	177
3.3. As tendências dos processos de precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal	183
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICE	224

INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas uma das características que marcou a questão do trabalho na ordem capitalista contemporânea foi a propagação do processo de precarização do trabalho. A partir da década de 1970, as crises econômicas e as mudanças nas organizações produtivas e na forma de acumulação do capital deram início à corrosão dos direitos trabalhistas e do Estado de Bem Estar Social instituído no século XX nas economias centrais.

O termo trabalho precário é mencionado por alguns autores para caracterizar as novas condições de trabalho estabelecidas após a crise dos anos de 1970. Conforme Rosenfield (2011, p. 264), o trabalho precário é o “[...] trabalho socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro, a noção de precarização aqui adotada remete a um processo social de institucionalização da instabilidade”. Para Costa (2005, p. 121) as condições de trabalho precário “[...] fizeram romper duas regras básicas do padrão de regulação precedente: a estabilidade e a jornada de trabalho preestabelecida”. De acordo com Druck (2011, p. 41), o trabalho precário está presente “[...] nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, [...] na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos”.

Enquanto alguns autores utilizam o termo trabalho precário, outros empregam o termo precarização do trabalho. Nesta tese, optamos pelo uso do termo precarização do trabalho, por abordar o processo, a trajetória histórica do trabalho precário nos últimos anos, salientando os avanços e recuos dos direitos trabalhistas. Conforme Alves (2007, p. 114-115),

O que chamamos de *processo de precarização* do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. [...] A *precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A *precarização* é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital.

Para Pochmann (2006, p. 60) o processo de precarização do trabalho teve como consequência “[...] o desemprego em larga escala, a desestruturação do mercado de trabalho e a destruição dos postos de trabalho”. Cardoso Junior (2001, p. 33) afirma que a precarização do trabalho gera a perda de qualidade dos postos de trabalho provocando o “[...] desassalariamento formal, perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes de rendimentos, etc.”.

Para Nakatani e Sabadini (2010, p. 270) as principais consequências da precarização do trabalho são o aumento do desemprego e os “[...] aumentos nos contratos de trabalho temporários, perdas dos benefícios sociais [...] e aumento no número de trabalhadores ocupando atividades informais”. Na citação a seguir, Antunes (2009, p. 234) destaca algumas características que compõem a precarização do trabalho. Os elementos elencados pelo autor são fundamentais para delinear o fenômeno da precarização.

Entre as distintas formas de flexibilização – em verdade, precarização – podemos destacar, por exemplo, a salarial, de horário, funcional ou organizativa. A flexibilização pode ser entendida como ‘liberdade da empresa’ para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre outras formas de precarização da força de trabalho.

Nos países selecionados para a realização desta pesquisa, Brasil e Portugal, a precarização do trabalho ampliou-se nas décadas de 1990 e 2000, em consequência das conquistas trabalhistas tardias nos países e do avanço de políticas neoliberais. Todavia, a precarização do trabalho, embora tardia em comparação com a de outros países, atingiu diversas categorias de trabalhadores, desde aqueles do setor industrial propriamente dito, do setor de serviços e as categorias conhecidas por realizarem um trabalho intelectual, dentre elas, a dos docentes.

A precarização do trabalho docente tem sido tema de estudo no Brasil entre diversos pesquisadores da área da educação nos últimos 30 anos, entre eles, Oliveira (2004), Assunção e Oliveira (2009), Aranha (2007), Costa, Fernandes Neto e Souza (2009). Alguns autores como Vicentini e Lugli (2009), Ferreira Junior e Bittar (2006), Vianna (1999) e Monfredini (2008) sinalizam o início do processo de precarização do trabalho docente, nos anos de 1960 e 1970, em razão da ampliação da escolaridade obrigatória no período militar. Já em Portugal, apesar de a educação nacional também ter passado por um período de expansão da escolaridade nos anos de 1970 e 1980, o processo de precarização do trabalho docente teve início na segunda metade da década de 1980, conforme as pesquisas de Afonso (2009), Coelho, Sarrico, Rosa (2008), Lima (2012), Nóvoa (1997) e Pacheco (2000), dentre outros.

Embora a precarização do trabalho docente seja uma realidade no Brasil e em Portugal, destacamos que as ações que constituem a precarização não ocorrem de forma linear

ou mesmo graduais. Compreendemos que o fenômeno da precarização do trabalho docente é delineado por um processo que expõe as conquistas e os recuos dos direitos trabalhistas. Por exemplo, tanto no Brasil quanto em Portugal os anos de 1980 foram marcados por diversas conquistas trabalhistas impulsionadas pelas lutas que selaram o fim das ditaduras militares. Por outro lado, apesar de a categoria docente ter obtido melhorias em seu estatuto de carreira na década de 1980, é necessário enfatizar o *limite* de cada conquista, uma vez que os professores brasileiros e lusitanos não alcançaram mais o *status* salarial e social que esses profissionais possuíam nas décadas passadas.

Para definirmos os elementos que caracterizam a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal nos últimos 26 anos, selecionamos as principais categorias recorrentes nos estudos sobre a precarização do trabalho, tendo em vista as novas tendências produtivas, financeiras e políticas desenvolvidas após os anos de 1970. As seis categorias elencadas são: a flexibilização do trabalho; a intensificação do trabalho; a flexibilização nas formas de contratação; o arrocho salarial; a perda do controle sobre o processo de trabalho; e o *aguçamento* da alienação.

Analisando as pesquisas da área da educação que abordam a precarização do trabalho docente, observamos algumas tendências entre o processo de precarização no Brasil e em Portugal, tanto em relação ao recorte do período histórico – dos anos de 1990 até os dias atuais – quanto em relação à corrosão dos salários e ao aumento da jornada de trabalho, por exemplo. Assim, questionamos: quais são as implicações das reformas das políticas educacionais¹ para a precarização do trabalho docente nesses dois países a partir da década de 1990?

Estabelecemos como alicerce de nossa investigação sobre o processo de precarização do trabalho docente, as legislações trabalhistas e, em especial, as legislações educacionais que regulamentaram o trabalho docente no Brasil e em Portugal nos últimos 26 anos. Acreditamos que os textos legais exerceram a função de legitimadores e/ou implementadores da precarização, pois as políticas foram norteadoras da organização do trabalho docente na escola e regulamentaram, por exemplo, as formas de contratação, a carga horária da jornada de trabalho, os salários, dentre outros elementos importantes.

¹ “Num sentido mais prático, quando nos referimos à política educacional, estamos tratando de *ideias* e de *ações*. E, sobretudo, de *ações governamentais*, reconhecendo que ‘a análise de política pública é, por definição, estudar o *governo em ação*’ (SOUZA, 2003). As políticas educacionais, nessa perspectiva, expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico. Dizem respeito a áreas específicas de intervenção, daí porque se fala em políticas de educação infantil, educação básica, educação superior, etc.” (VIEIRA, 2007, p. 56).

Desse modo, nosso objetivo geral nesta pesquisa é analisar as implicações das reformas educacionais para a precarização do trabalho dos professores da educação básica, que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, no Brasil, e nos 2º e 3º ciclos da educação básica e secundária em Portugal. Para isso, analisamos as reformas educativas, referentes ao trabalho docente, implementadas no Brasil e em Portugal nos últimos 26 anos; investigamos a precarização do trabalho docente, especificamente, nas cidades de Marília, no Brasil, e de Braga, em Portugal e, por fim, analisamos as principais tendências dos processos de precarização do trabalho docente nos dois países.

Os procedimentos utilizados neste estudo foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Na pesquisa bibliográfica consultamos os bancos de dados de dissertações, teses, artigos e livros e focamos nos materiais que abordavam sobre a precarização do trabalho no Brasil e em Portugal e as transformações no mundo produtivo, econômico e político a partir dos anos de 1970. Destacamos a temática sobre o processo de precarização do trabalho, especificamente, nas últimas quatro décadas, e da precarização do trabalho docente a partir dos anos de 1990. Entretanto, para selecionarmos as obras, analisamos quais delas utilizavam as categorias e os conceitos necessários à nossa análise, entre eles, a precarização do trabalho, trabalho alienado, assalariamento, reestruturação produtiva, controle sobre o processo de trabalho, avaliação e precarização do trabalho docente, jornada de trabalho etc.

Na pesquisa documental selecionamos os documentos educacionais que organizam o trabalho docente e as legislações que regulamentam os planos de carreira, piso salarial, contratação temporária, carga horária de trabalho, avaliações dos alunos, professores e materiais didáticos a partir da década de 1990. Dentre os documentos, destacamos no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a lei que estabelece o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), a lei do Piso Salarial Profissional Nacional e, em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1990, o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário e o Decreto-Lei n.º 75/2008.

Ainda, na pesquisa documental, consultamos revistas, boletins, relatórios, reportagens de jornais e selecionamos os textos que contemplavam os conceitos pertinentes à elaboração do nosso trabalho, entre eles, trabalho docente precário, remuneração por mérito, contratação flexível, avaliação por desempenho, salário do professor, afastamento e abandono da profissão etc. Analisamos também diversos dados constantes nos informativos, relatórios e documentos de sindicatos nacionais e portugueses que abordavam a precarização do trabalho

docente, dentre eles, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

Quanto à pesquisa empírica no Brasil, as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com 20 professores de duas escolas do município de Marília, sendo 10 docentes de cada instituição, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Em Portugal, foram selecionados 18 docentes do ensino básico e secundário, sendo 10 professores de um agrupamento de escolas e 8 professores de outro agrupamento da cidade de Braga. Selecionamos apenas docentes dessas etapas de ensino nos dois países em razão de uma maior instabilidade e vulnerabilidade na carreira destes profissionais em comparação com os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, do ensino primário e da educação infantil e pré-escolar. Além destas 38 entrevistas com os docentes realizamos, ainda, uma entrevista com o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) de Marília e uma entrevista com a diretora da Associação Sindical de Professores Licenciados de Braga.

As escolas objeto deste estudo foram selecionadas levando-se em consideração os seguintes critérios: escolas localizadas em bairros da periferia das cidades; escolas localizadas na área central das cidades e escolas dos dois grupos de localização que apresentavam como característica uma boa avaliação dos órgãos oficiais. O terceiro critério é relevante, pois nosso objetivo foi encontrar professores *empenhados* em alcançarem as metas de avaliações definidas pelo Estado. Cabe destacar, que entre o grupo de docentes selecionados para as entrevistas, o critério de seleção foi o tempo mínimo de profissão de 15 anos. Estabelecemos este recorte temporal em razão da necessidade de selecionarmos professores que já tivessem acumulado um tempo relevante no exercício da profissão, vivenciando as consequências das diversas reformas que foram realizadas nas últimas duas décadas.

Na análise dos dados selecionamos e comparamos os dados coletados no estudo teórico, documental e empírico. Comparamos, por exemplo, os dados sobre os contratos temporários dos docentes, a quantidade de horas das jornadas de trabalho, os valores dos salários e vencimentos dos professores nas décadas de 1990, 2000 e 2010. Nosso objetivo foi expor os padrões e as tendências entre a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal. Em relação à pesquisa empírica com os docentes, realizamos 40 entrevistas contendo seis questões e classificamos as respostas de acordo com as concepções dos

professores. Em seguida, elencamos para citação no texto, algumas respostas que correspondem com a concepção majoritária dos docentes sobre o tema abordado.

Destacamos que esta pesquisa está integrada a projeto mais amplo de responsabilidade da orientadora Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Dal Ri denominado Reformas educacionais, organização do trabalho na escola e precarização do trabalho no Brasil e Portugal aprovado pelo CNPq em 2016. O atual projeto é continuidade de dois outros intitulados *As origens da gestão democrática na escola pública no Brasil e Portugal: inserção na Constituição de 1988 e a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) no Brasil, a Revolução dos Cravos e reforma educativa em Portugal* (aprovado em 2013 pelo CNPq e que também integramos) e *Gestão democrática na escola pública no Brasil e Portugal: divergência originária e convergência atual* que também recebeu apoio do CNPq. O projeto atual tem como objetivo de estudo as reformas educacionais e a progressiva precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal no período de 1974 a 2015. A pesquisa inclui estudos sobre a reconstrução históricopolítica e educacional nos momentos de transição nos países (Revolução dos Cravos em 1974 em Portugal e redemocratização nos anos de 1980 no Brasil); análise das políticas educacionais e reformas educativas que incidiram sobre a organização do trabalho na escola e a precarização do trabalho e da carreira docentes; gestão escolar e organização do trabalho dos professores; e investigação empírica nos países.

Os locais definidos para a realização das pesquisas empíricas foram as cidades de Marília, São Paulo, Brasil e de Braga, Portugal. Segundo as justificativas dos projetos citados, compartilhada pelo nosso projeto, guardadas as devidas diferenças geográficas, histórico-culturais e econômico-sociais, as cidades selecionadas podem ser consideradas como tendo certa equivalência para um estudo, pois têm semelhanças em sua inserção e importância educacional para a região e contam com universidades públicas que mantêm projetos e articulações com a educação básica e secundária.

O município de Marília, cidade conhecida como a *Capital Nacional do Alimento*, está situado a oeste do Estado de São Paulo e tem 216.745 habitantes, 207.021 na área urbana e 9.724 na área rural (IBGE, 2016). De acordo com os dados atualizados em 2016, possui 33 EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), 03 EMEFEIs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil), 16 EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) e 46 escolas estaduais de ensino médio. Quando considerados os habitantes com dez anos ou mais de moradia na cidade, a taxa de alfabetização é de 93,9%.

Em 2015, o repasse para Marília do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi de R\$ 65.000.000,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, 2015). Além das escolas, a cidade possui três universidades, duas Faculdades e uma Fundação. A Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Marília e a Faculdade de Medicina e Enfermagem são públicas. A UNESP possui tradição de desenvolvimento de projetos com escolas das redes estadual e municipal, portanto, Marília constitui-se em importante centro educacional e cultural da região.

Braga é uma das mais antigas cidades portuguesas com mais 2.000 anos de história. Está situada no norte de Portugal, no Vale do Cávado, e possui em torno de 182 mil habitantes. Braga é o centro da grande área metropolitana do Minho, com cerca de 800 mil habitantes (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2016). É uma cidade com alta cultura, tradições e na qual a história vive lado a lado com a indústria tecnológica e a vida universitária. Nela está situada a Universidade do Minho que é uma universidade pública com autonomia administrativa e financeira. A Universidade do Minho foi fundada em 1973 e iniciou a suas atividades acadêmicas em 1975. É uma das então denominadas *novas universidades*, que mudaram profundamente o cenário do ensino superior português.

A Universidade do Minho tem como um de seus objetivos principais desenvolver uma forte ligação com o meio sócio-econômico e cultural da comunidade, sendo um agente de crescente dinamização da região. Deste contato permanente com a sociedade civil, escolas, empresas, autarquias, organizações sem fins lucrativos etc., surgiram inúmeras parcerias consubstanciadas em projetos de investigação e desenvolvimento. A forte ligação dessa Universidade com as escolas da cidade e região foi um dos motivos que nos levou a eleger a cidade de Braga para o desenvolvimento da pesquisa, afinal, no Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional da Universidade do Minho encontram-se pesquisadores, reconhecidos internacionalmente, que realizam estudos e pesquisas significativas sobre a educação pública, gestão democrática e precarização do trabalho docente.

Este trabalho foi organizado em 3 capítulos. No capítulo I, resgatamos a história dos *anos de ouro* da carreira docente no Brasil; o início da precarização do trabalho docente no período do regime militar e, em seguida, as lutas em defesa da educação nos anos de 1980. Enfim, destacamos as políticas neoliberais, as reformas trabalhistas no Brasil e a precarização do trabalho docente da década de 1990 até os dias atuais.

No capítulo II, abordamos as conquistas dos docentes lusitanos após a Revolução dos Cravos; a reforma das políticas educacionais e o início da precarização do trabalho docente nos anos de 1980 e 1990; o avanço do trabalho precário e do neoliberalismo em Portugal, na década de 1990 e, finalmente, a precarização do trabalho docente no país nos últimos 26 anos.

No capítulo III, discutimos sobre o conceito de trabalho na ordem capitalista; a precarização do trabalho no século XX e as tendências dos processos de precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal. Por fim, apresentamos a conclusão da pesquisa.

CONCLUSÃO

A precarização do trabalho, tema central desta tese, é um fenômeno em ascensão no mundo todo. Em países de economias centrais ou periféricas, a precarização do trabalho provocou uma série de alterações no mundo laboral que diluiu parte dos direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores nos últimos 150 anos. Em função da crise iniciada nos anos de 1970, da ampliação dos sistemas produtivos informatizados e, conseqüentemente, do aumento do exército industrial de reserva e da derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a precarização do trabalho ascendeu, paulatinamente, nas últimas três décadas.

Para Mészáros (2009, p. 70), a crise atual do capital é consequência da crise estrutural do capital que “[...] alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo”. Portanto, de acordo com Mészáros (2009, p. 70), nas economias centrais ou periféricas “[...] não há alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as conseqüências da deterioração da taxa de lucro”, atribuindo à precarização do trabalho a *alternativa única e consensual* para a recuperação econômica internacional, de modo que “[...] a realidade das diferentes taxas de exploração e de lucros não altera em nada a própria lei fundamental: isto é, a crescente *equalização* das taxas diferenciais de exploração como *tendência* geral do desenvolvimento do capital mundial” (MÉSZÁROS, 2009, p. 71).

Assim, os principais elementos da precarização do trabalho são a intensificação e a flexibilização do trabalho, isto é, a exigência para que os trabalhadores ampliem o número de tarefas e as responsabilidades do seu cargo ou função e prolonguem a sua jornada de trabalho. Os outros elementos são a flexibilização dos contratos entre os trabalhadores e o patronato, permitindo um maior número de contratos temporários ou eventuais; o arrocho salarial, depreciando o valor dos salários dos trabalhadores, inclusive, em razão dos altos índices de desemprego; o controle sobre o processo de trabalho, fixando metas de produtividade e resultados e, por fim, a exigência de engajamento dos trabalhadores a fim de integrá-los aos interesses das empresas ou do patronato.

A precarização do trabalho modificou a atividade laboral e o modo de vida dos trabalhadores nos últimos anos. Um número menor de trabalhadores passou a realizar uma quantidade maior de tarefas, as jornadas de trabalho e as horas extras foram ampliadas, os salários foram reduzidos, o engajamento individual e a produtividade passaram a ser

monitorados diariamente e, em diversas profissões, o trabalho invadiu o tempo dedicado à vida particular dos trabalhadores, inclusive, dos profissionais da categoria docente.

Quanto ao trabalho docente, ao longo desta pesquisa, analisamos diversas legislações aprovadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e pelo Ministério da Educação e Ciência de Portugal que alteraram as formas de contratação e as relações de trabalho entre os docentes, ampliando a precarização do trabalho destes profissionais.

Semelhante a outras categorias de trabalhadores, constatamos nesta pesquisa que os docentes brasileiros e portugueses vivenciam um processo de precarização do trabalho nas últimas três décadas. A partir dos anos de 1990, Brasil e Portugal implementaram uma série de políticas neoliberais, a reforma dos direitos trabalhistas e a reforma administrativa do Estado que alterou, por exemplo, a gestão das escolas públicas.

Nos últimos 30 anos, as escolas estatais paulistas e portuguesas buscaram adaptar a sua organização e gestão aos princípios da administração empresarial, entre eles, a eficácia, a eficiência e o aumento da produtividade do trabalhador. Para atender estes princípios, os professores passaram a exercer diversas funções nas escolas, lecionaram um maior número de aulas e para um grupo maior de alunos, ampliaram o número de aulas temporárias e eventuais e tiveram que se engajar para que as escolas alcançassem melhores pontuações nas avaliações externas.

Contudo, nos dois países, a categoria docente não desistiu da luta contra o processo de precarização do seu trabalho e mobilizou inúmeras assembleias, paralisações, manifestações e greves. Em razão da precarização do trabalho ser um processo com avanços e recuos das conquistas trabalhistas, pudemos observar, ao longo deste estudo, que alguns direitos foram adquiridos pelos professores a partir de 1990, embora a ofensiva contra os direitos trabalhistas dos docentes foi predominante e ascendente.

Assim, ressaltamos que o processo de precarização do trabalho docente ampliou-se gradativamente no Brasil e em Portugal nos últimos 26 anos, atingindo todos os profissionais desta categoria. As reformas educacionais concretizadas nos dois países e, conseqüentemente a precarização do trabalho docente, demonstraram a influência das agências multilaterais, entre elas, a OCDE, o Banco Mundial e a Unesco e o alinhamento entre as propostas educacionais para o Brasil e para Portugal, independentemente das particularidades econômicas e sociais destes países.

Ao legitimar a precarização do trabalho dos professores por meio das reformas das políticas educacionais, o Estado produz a decadência e a corrosão do ensino público do país. Assim, afirmamos que cada medida realizada pela Secretaria da Educação ou pelo Ministério

da Educação contra os direitos trabalhistas e as condições de trabalho dos professores paulistas e portugueses é uma medida que provoca, ainda, a destruição da educação estatal destinada, majoritariamente, aos jovens e crianças da classe trabalhadora.

Nos últimos sete anos em Portugal e, nos últimos dois anos no Brasil, a classe capitalista e o Estado organizaram uma dura ofensiva contra a classe trabalhadora dos dois países. Em Portugal, a Troika e o governo de Pedro Passos Coelho (PDS) determinaram o congelamento dos salários, a redução das pensões, a ampliação do tempo mínimo para a aposentadoria, a flexibilização das leis trabalhistas, o corte de subsídios, o aumento dos impostos etc. Tais medidas agravaram a precarização do trabalho entre os docentes em função dos cortes e das reduções salariais, a prorrogação para ter acesso às aposentadorias, a expansão da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o aumento da taxa de impostos sobre as remunerações.

No Brasil, o governo de Dilma Rousseff aprovou, em 2015, um ajuste fiscal e a alteração das regras que determinavam o acesso às pensões, contudo, após o seu *impeachment* em 2016 e a posse do presidente Michel Temer, um conjunto de medidas de austeridade foram implementadas e estão em discussão no Congresso atualmente. As duas principais medidas em discussão, no final do ano de 2016, são a reforma da Previdência Social, que propõe a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres aos 65 anos, a redução do valor das pensões, o reajuste das aposentadorias desvinculados do salário mínimo e o período de 49 anos de contribuição para a aposentadoria integral do trabalhador. Em relação à reforma trabalhista, embora o projeto ainda não fosse enviado para o Congresso, algumas medidas já foram divulgadas, entre elas, a permissão para a ampliação da jornada de trabalho em até 12 horas diárias, a expansão dos contratos temporários de trabalho de 90 para 120 dias, a divisão das férias em três períodos de descanso, a ampliação da jornada de trabalho parcial de 25 para 30 horas por semana etc.

Porém, a principal medida de austeridade realizada no governo de Michel Temer, em 2016, foi a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, que estabeleceu o Teto dos Gastos Públicos pelo período de 20 anos, corrigindo os gastos somente de acordo com a inflação. Esta medida, sem precedentes em outras economias do mundo, impedirá o aumento dos gastos públicos, por exemplo, nas áreas da saúde, educação e previdência social, tendo em vista a restrição do orçamento dos governos federais, estaduais e municipais. Assim, a expansão de investimentos nos principais setores sociais estará comprometida nas próximas duas décadas, agravando a oferta dos serviços que já são precários e escassos no país.

Questionamos qual será o futuro laboral dos docentes e, conseqüentemente, da educação pública no Brasil, em função da limitação dos gastos, e em Portugal em razão das sanções e restrições estabelecidas pela Troika? Conforme o cenário atual há indícios de que os reajustes salariais e as regras para ter acesso à aposentadoria serão mais raros e complexos, a jornada de trabalho, senão for estendida, não há expectativas para ser reduzida e a realização de concursos para a contratação de docentes estáveis será mais rara por motivo da ampliação das contratações em caráter temporário.

Portanto, é necessário que as mobilizações dos professores estejam integradas com a luta pela educação pública, sabendo que a ofensiva do Estado e do capital contra o trabalho dos docentes é também a ofensiva contra as escolas estatais brasileiras e portuguesas. Embora a austeridade e a lógica da *accountability* sejam dois princípios fundantes da precarização do trabalho docente, cabe destacar, que as lutas dos professores não podem ser interrompidas, haja vista duas vitórias importantes da categoria docente no Brasil e em Portugal nos últimos anos, isto é, a aprovação do piso salarial, em 2008, e o fim das avaliações, por meio da observação de aulas, dos docentes portugueses em 2010. Logo, a luta e a resistência da classe trabalhadora de modo geral e, em específico da categoria docente, deverão ser ampliadas e intensificadas tendo em vista a nova ofensiva neoliberal e a exploração do trabalho ascendente em países do mundo todo.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. **A satisfação/insatisfação docente**: contributos para um estudo da satisfação/insatisfação dos professores efectivos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário do distrito de Bragança. Bragança: Instituto Superior Politécnico, 1994.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

_____. **O novo e (precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, Canal 6, 2013.

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 13, p. 13-29, jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

AFONSO, R. M. C. **A avaliação de desempenho docente vista por professores**: realidades, expetativas, desafios e oportunidades. 2016. 474 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2016.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 09-23.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-250.

_____. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

APEOESP. **Conversas sobre a carreira**: caderno 1. São Paulo: CEPES, 2012. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/carreira-do-magisterio/conversas-sobre-a-carreira-do-magisterio/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. **Qualidade da educação nas escolas estaduais de São Paulo**. São Paulo: CEPES, 2014. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/d/sistema/publicacoes/667/arquivo/cad-quali-apeoesp2014-web.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Saúde dos professores e a qualidade do ensino**. São Paulo: CEPES, 2011. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

ARANHA, W. L. A. **Professores eventuais nas escolas estaduais paulistas: ajudantes de serviço geral da educação?** 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

BAKLANOFF, E. N. Breve experiência de socialismo em Portugal: o setor das empresas estatais. **Análise Social**, Lisboa, v. 138, p. 925-947, 1996. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396078J5qGK7ii0Ay50XT5.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente.** 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BARRETO, G. B.; LEHER, B. Trabalho docente e as reformas educacionais. In: OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BENAVENTE, A. **Ser professor em Portugal.** Lisboa: Editorial Teorema, 1993.

BOLLMANN, M. G. N. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da Sociedade Brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul./set. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v31n112/02.pdf>. Acesso em 03 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 50, 1999. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3048-6-maio-1999-368532-norma-pe.html>>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Darcy Ribeiro (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 14801, 1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8212-24-julho-1991-363647-norma-pl.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 58. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110101.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jan. 1998, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19601.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11738-16-julho-2008-578202-norma-pl.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nos 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 ago. 2001, Seção 1, p. 33. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2164-41.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Medida Provisória nº 1.726, de 3 de novembro 1998. Insere dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para facultar a suspensão do contrato de trabalho para a participação do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional, altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir a bolsa de qualificação profissional e permitir o pagamento de benefício no desemprego de longa duração, altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 nov. 1998, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1726.htm>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2010. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. **Diário**

Oficial da União. Brasília, Seção 1, p. 15, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6322-rceb005-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 jul. 2016.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CARDOSO JUNIOR, J.C. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 31-59, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a03.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado Brasília.** Brasília: Presidência da República, 1995.

CAPELAS, E.; HUERTAS NETO, M.; MARQUES, R. M. Relações de trabalho e flexibilização. In: MARQUES, R. M; FERREIRA M. R. J (Org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula.** São Paulo: Saraiva, 2010. p. 217-243.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de burnout e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CARELLI, R. L. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, G; FRANCO, T (Org.) **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 59-68.

CARTA DE GOIÂNIA. IV Conferência Brasileira de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 05-10, dez 1986. Disponível em: <<http://www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/Carta%20de%20Goi%C3%A2nia%202%20a%205%20de%20Setembro%20de%201986.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CASSETTARI, N. Pagamento por performance na educação básica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. **31ª Reunião Anual da ANPED.** Rio de Janeiro: ANPED, 2008. p. 01-15. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/GT05-Pagamento-por-performance.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, I.; SARRICO, C.; ROSA, M. J. Avaliação de escolas em Portugal: que futuro? **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 56-67, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 03 jul. 2016.

COELHO, M. J. C. **Avaliação de Desempenho Docente: Efeitos no Desenvolvimento Profissional.** 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 2013.

COMISSÃO EUROPEIA. **Ajuda econômica em Portugal.** Representação de Portugal, 2012. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/portugal/temas/ajuda_economica_portugal/index_pt.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Saiba quais estados brasileiros não respeitam a Lei do Piso**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/tabela-salarial.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CONTRERAS, J. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORREIA, J. A.; STOLEROFF, A. D.; STOER, S. R. A ideologia da modernização no sistema educativo em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**. Porto, n. 37, p. 169-193. 2012, Disponível em <https://sigarra.up.pt/spup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=86847>. Acesso em 03 jul. 2016.

COSTA, A; FERNANDES NETO, E; SOUZA, G. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2009.

COSTA, M. A. A. **Ideias de professores sobre a utilização de fontes manuais de História: um estudo no 3.º ciclo do ensino básico**. (2007). 287f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2007.

COSTA, M. S. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2007.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. et al. **Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial**. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.

DEL PINO, M. A. B.; VIEIRA, J. S.; HYPOLITO, A. M. Trabalho docente, controle e intensificação: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. p. 113-134.

DIAS, J.; CERDEIRA, M. C.; KOVÁCS, I. (Coord.). Salários e condições de trabalho em Portugal. **Cadernos de emprego e relações de trabalho**. Lisboa, n. 06, p. 01-208, 2007.

Disponível em: <http://www.dgert.mtss.gov.pt/estudos/estudos_emprego/CERT-06.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DIEESE. Balanço das greves em 2012. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 66, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Boletim de Conjuntura nº 1**. São Paulo: APEOESP, 2007. Disponível em: <www.apeoesp.org.br/d/sistema/.../63/.../2011-dieese-apeoesp-01.doc>. Acesso em: 03 jul. 2014.

DIRETOR. **Entrevista APEOESP**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (10 min.).

_____. **Entrevista ASPL**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (20 min.).

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DRUCK, G.; FRANCO, T. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.) **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 93-118.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTANQUE, E. Trabalho e sociedade: reflexões sobre a questão laboral em Portugal. **Revista Vírus**, Lisboa, v. 8, p. 01-14, jan./fev. 2010. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/474_FORUM%20da%20Esquerdas_VIRUS_EE.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

FENPROF. **Guia de sobrevivência: do(a) professor(a) e educador(a) contratado(a) e desempregado(a)**. Lisboa: Federação Nacional dos Professores, 2011. Disponível em: <<http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=324&doc=4979>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Portugal tem mais de 53.000 docentes precários, muitos deles em flagrante situação ilegal**. Lisboa: Federação Nacional dos Professores, 2016. Disponível em: <<http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=226&doc=10076>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

FIDALGO, N. L. R.; FIDALGO, F. Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A**

intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade. Campinas: Papyrus, 2009. p. 135-160

FOLHA DE S. PAULO. Professores do Estado entram em greve na 2ª. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 22 out. 2005. Cotidiano, p. C2.

FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO. **Quarto Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho.** 2007. Disponível em: <<https://www.eurofound.europa.eu/pt/publications/resume/2006/other/fourth-european-working-conditions-survey-resume>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GARCIA, M. M. A.; ANADON, S. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a04.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (Coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1994.

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. Globalização e reconfigurações do mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n.79, p. 65-78, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a05.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GOHN, M. G. M. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. II, n. 1, p. 23-38, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097002>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GOMES, A. R. 25 anos depois: expansão e crise da escola de massas em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, Lisboa, n. 11, p. 133-164, 1999. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC11/11-6-gomes.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GOMES, A. R. et al. Problemas e desafios no exercício da actividade docente: Um estudo sobre o stresse, 'burnout', saúde física e satisfação profissional em professores do 3º ciclo e ensino secundário. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, 2006, v. 19, n. 1, p. 67-93, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5619>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GOMES, C.; GONÇALVES, P.P. Dez mil professores na rua e muitas escolas paradas. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 19 nov. 2005. Sociedade, p. 01. Disponível em: <<http://www.jn.pt/arquivo/2005/interior/dez-mil-professores-na-rua-e-muitas-escolas-paradas-523003.html?id=523003>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIDAKA, R. K. **As políticas neoliberais dos governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IBGE. **Cidades@**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352900&search=sao-paulo|marilia>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

INFORSATO, E. C. As dificuldades e dilemas do professor iniciante. In: SOARES, J. A. (Org.). **Estudos sobre a profissão docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 91-115.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Ser professor: uma pesquisa sobre o que pensa o docente das principais capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 1035-1043, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300018>. Acesso em: 03 jul. 2016.

JESUS, S. N. Desmotivação e crise de identidade na profissão docente. **Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 192-202, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6458>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

KUENZER, A. Z.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. p. 19-48.

KREIN, J. D. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, M. W; HENRIQUE, W (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003, p. 279-322.

KOVÁCS, I. Emprego flexível em Portugal. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 12, p. 32-66, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222004000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 52, p. 41-65, 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2006_Novas_organizacao_trabalho_autonomia_trabalho.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

LEAL, A. S. As políticas sociais no Portugal de hoje. **Análise Social**, Lisboa, v. XXI, p. 925-943, 1985. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479193I9kKF4jx8Yk14UL2.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

LIMA, L. C. A democratização do governo das escolas públicas em Portugal. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, vol. XIX, p. 227-253, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539980011>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Elementos da hiperburocratização da administração educacional. In: LUCENA, C.; SILVA JUNIOR, J. R. **Trabalho e educação no século XXI**: experiências organizacionais. São Paulo: Xamã, 2012.

LIMA, L. C.; JANELA, A. A. **Reformas da educação pública**: democratização, modernização, neoliberalismo. Porto: Edições Afrontamento: 2002.

LIRA, D. Professor brasileiro é um dos que mais trabalham, afirma relatório da OCDE. **IG**, São Paulo, 25 jun. 2014. Educação, p. 01. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-25/professor-brasileiro-e-um-dos-que-mais-trabalha-afirma-relatorio-da-ocde.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

LUSA. Professores portugueses entre os docentes europeus com salários mais afectados pela crise. **Jornal de Negócios**, Lisboa, 05 out. 2012. Educação, p. 01. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/educacao/detalhe/professores_portugueses_entre_os_docentes_europeus_com_salaacuterios_mais_afectados_pela_crise.html>. Acesso em: 03 jul. 2016.

MACHADO, J.; FORMOSINHO, J. Desempenho, mérito e desenvolvimento: para uma avaliação mais profissional dos professores. **Revista ELO 16**, Guimarães, p. 237-306, mai. 2009. Disponível em: <<http://www.cffh.pt/userfiles/files/ELO%2016.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

MARQUES, R. M. O regime de acumulação sob a dominância financeira e a nova ordem no Brasil. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA M. R. J (Org.). **O Brasil sob a nova ordem**: a economia contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 01-18.

MARX, K. **Manuscritos econômicos – filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MERCADO, J.; APEOESP. **Professores paulistas levam 5 mil às ruas e anunciam greve para março**. Brasília: Radioagência BdF, 2015. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/audio/professores-paulistas-levam-5-mil-%C3%A0s-ruas-e-anunciam-greve-para-mar%C3%A7o>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Piso salarial do magistério é constitucional, diz o Supremo**. Brasília, Assessoria de Comunicação Social, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&catid=215&id=16500: piso-salarial-do-magisterio-e-constitucional-diz-o-supremo&option=com_content&view=article>. Acesso em: 03 jul. 2016.

MONFREDINI, I. O regime de progressão continuada: as práticas escolares implementadas e as consequências para o trabalho e a profissão docente. In: MONFREDINI, I. (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 115-138.

MOURA, C. B. **A precarização do trabalho docente nas escolas estaduais paulistas**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

NAKATANI, P.; OLIVEIRA, F. A. Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES. R. M.; FERREIRA M. R. J (Org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 21-50.

NAKATANI, P.; SABADINI, M. S. Sistema financeiro e mercado de capitais. In: MARQUES. R. M.; FERREIRA M. R. J (Org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 75-101.

NOTÁRIO, A. C. S. **Autonomia do trabalho docente na rede pública paulista: política educacional e resistência sindical**. 2007, 144f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação e Letras, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

NÓVOA, A. A formação da profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Don Quixote, 1997. p.15-31.

_____. **Vida de professores**. Porto: Porto, 1995.

NUNAN, C.; PEIXOTO, J. Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, n. 38, p. 233-250, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/349>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

NUNES, C. S. C. As reações dos professores portugueses à política de avaliação do desempenho docente: tensões e desafios. **Ver a Educação**, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 199-212, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/download/1009/1467>>. Acesso em: 03 jul. 2016

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Portugal entre os países da UE com maior incidência de trabalho precário**. 2010. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=207&lang=pt>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Salário mínimo em Portugal e na União Europeia**. 2011. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=216>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

OLIVEIRA, C. Governo Alckmin fecha 2.800 salas de aula, apesar do aumento de 70 mil matrículas. **Rede Brasil Atual**. São Paulo. 07 abri. 2016. Educação, p. 01. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/04/governo-alckmin-fecha-2800-salas-apesar-do-aumento-de-60-mil-matriculas-915.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a04v2899.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

OLIVEIRA, D. A. et al. **Transformações na organização do processo de trabalho docente e o sofrimento do professor**. Belo Horizonte: Rede Estrado, 2012. Disponível em: <<http://www.redeestrado.org/web/archivos/publicaciones/10.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

OLIVEIRA, M. A. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. In: PRONI, M. W; HENRIQUE, W (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003, p. 323-355

OLIVEIRA, L.; CARVALHO, H. A precarização do emprego na Europa. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 541-567, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/01.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PACHECO, J. A. A flexibilização das políticas curriculares. In: SEMINÁRIO [SOBRE] O PAPEL DOS DIVERSOS ACTORES EDUCATIVOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA, 1, 2000, Guimarães. **O papel dos diversos actores educativos na construção de uma escola democrática: actas**. Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda, 2000, p. 71-78. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/8974>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PEDRO, N.; PEIXOTO, F. Satisfação profissional e auto-estima em professores dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 2, XXIV, p. 247-262, 2006.

Disponível em:
 <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiA5q_eqd7OAhVLDJAKHXFtB8gQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.mec.pt%2Fpdf%2Faps%2Fv24n2%2Fv24n2a10.pdf&usg=AFQjCNFoXUir0VoYdi4vL0rlaV24NvywLA>. Acesso em: 03 jul. 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA. **Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB**. Marília: Portal de Gestão Pública, 2015. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/wp-content/uploads/2012/07/FUNDEB-2%C2%BA-TRIMESTRE-2015.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PESSANHA, E. C. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 2001.

PINTO, A. R. **Burnout profissional em professores portugueses: representação social, incidência e preditores**. 2000. 504f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2000.

PINTO, J. M. R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/101/290>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 59-73.

PORDATA. **Salário mínimo nacional em Portugal**. Base de dados Portugal Contemporâneo, 2016. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Salario+minimo+nacional-74>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PORTUGAL, P. Empregos, salários e condições de trabalho. **Portugal Social**, Lisboa, p. 91-112, 2003. Disponível em: <<http://www.dotecome.com/politica/digitalismo/portugal%20social%20emprego.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 221, de 27 de Maio de 1974. **Diário da República**. Lisboa, n. 123, Série I, 1974. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/235763/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 184, 02 de Junho de 1989. **Diário da República**. Lisboa, n. 126, Série I-A, 1989. Disponível em: <http://www.snesup.pt/htmls/_dllds/regime_geral_184_89.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 409, 19 de Novembro de 1989. **Diário da República**. Lisboa, n. 266, Série I, 1989. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/21950/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 139-A, de 28 de Abril de 1990. **Diário da República**. Lisboa, n. 98, Série I, 1990. Disponível em: <<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2013/09/estatuto-da-carreira-docente/>>. Acesso em 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 298, de 31 de Dezembro de 1992. **Diário da República**. Lisboa, n. 301/92, Série I-A 6º Suplemento, 1992. Disponível em: <<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Paginas/DL298ano92.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n. 1, de 02 de Janeiro de 1998. **Diário da República**. Lisboa, n. 1, Série I-A, 1998. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1998/01/001A00/00020029.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 115-A, de 04 de Maio de 1998. **Diário da República**. Lisboa, n. 102, Série I-A, 1998. Disponível em: <http://www.ige.min-edu.pt/upload/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Dec_Lei_115-A_98.pdf>. Acesso em 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 312, de 10 de Agosto de 1999. **Diário da República**. Lisboa, n. 185, Série I, 1999. Disponível em: <http://www.sprc.pt/upload/File/PDF/Legislacao/Legislacao_Util/Ens_Nao_Superior/Estat_R_emuneratorio/Dec-Lei%20312-99,%20de%2010%20do%2008.pdf/>. Acesso em 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 15, 19 de Janeiro de 2007. **Diário da República**. Lisboa, n. 14, Série I, 2007. Disponível em: <http://www.aeps.pt/cfps/Decreto_Lei15_2007.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 75, 22 de Abril de 2008. **Diário da República**. Lisboa, n. 79, Série I, 2008. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/233009/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 270, 30 de Setembro de 2009. **Diário da República**. Lisboa, n. 190, Série I, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Estatuto%20da%20Carreira%20Docente.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 75, 23 de Junho de 2010. **Diário da República**. Lisboa, n. 14, Série I, 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/feuc/eea/Documentos/ECD>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 18, 02 de Fevereiro de 2011. **Diário da República**. Lisboa, n. 23, Série I, 2011. Disponível em: <http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/DL_18_2011.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 132, 27 de Junho de 2012. **Diário da República**. Lisboa, n. 123, Série I, 2012. Disponível em: <http://www.spn.pt/Media/Default/Info/5000/100/90/5/concursos_132_de_2012.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 199, 05 de Julho de 2012. **Diário da República**. Lisboa, n. 129, Série I, 2012. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/dl_139_2012.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 5, 14 de Janeiro de 2014. **Diário da República**. Lisboa, n. 9, Série I, 2014. Disponível em:

<http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ManuaisEscolares/2014_decretolei_5.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Despacho n.º 12 591, de 16 de Junho de 2006. **Diário da República**. Lisboa, Série II, 2006. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/AEC/desp_12591_2006.pdf>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

_____. Lei n.º 5, de 25 de Julho de 1973. **Diário da República**, Lisboa, n. 173, Série I, 1973. Disponível em: <<http://193.137.22.223/fotos/editor2/1973.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 46, de 08 de Julho de 1977. **Diário da República**, Lisboa, n. 156, Série I, 1977. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/34116/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 11, de 5 de Abril de 1990. **Diário da República**, Lisboa, n.80/90, Série I, 1990. Disponível em: <<http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=2607>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 31, de 20 de Dezembro de 2002. **Diário da República**, Lisboa, n.294, Série I-A, 2002. Disponível em: <http://www.ige.min-edu.pt/upload/Legisla%E7%E3o/Lei_31_2002.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 47, de 28 de Agosto de 2006. **Diário da República**, Lisboa, n.165 Série I, 2006. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/201094/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 66-B, de 28 de Dezembro de 2007. **Diário da República**, Lisboa, n.250, Série I, 2007. Disponível em: <<http://www.exercito.pt/sites/DARH/Civis/Documents/SIADAP.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 7, de 12 de Fevereiro de 2009. **Diário da República**, Lisboa, n.30 Série I, 2009. Disponível em: <<https://dre.pt/pdf1s/2009/02/03000/0092601029.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 68, de 29 de Agosto de 2013. **Diário da República**. Lisboa, n. 166, Série I, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/0520605209.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei n.º 75, de 12 de Setembro de 2014. **Diário da República**, Lisboa, n. 179, Série I, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/lei75_2014.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Portaria n.º 367, de 29 de Junho de 1998. **Diário da República**, Lisboa, n. 192. Série I-B, 1998. Disponível em: <http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=640834>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Portaria n.º 1046, de 16 de Agosto de 2004. **Diário da República**, Lisboa, n. 192. Série I-B, 2004. Disponível em: <http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=653935>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PROFESSOR 1. **Entrevista I ETEC Antônio Devisate**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (14 min.).

_____ 2. **Entrevista II ETEC Antônio Devisate**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (14 min.).

_____ 7. **Entrevista VII ETEC Antônio Devisate**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (10 min.).

_____ 1. **Entrevista I E.E. Maria Cecília**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (14 min.).

_____ 2. **Entrevista II E.E. Maria Cecília**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (11 min.).

_____ 7. **Entrevista VII E.E. Maria Cecília**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (14 min.).

_____ 8. **Entrevista VIII E.E. Maria Cecília**. [mar. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Marília, 2015. 1 arquivo mp3 (14 min.).

_____ 1. **Entrevista I Agrupamento Alberto Sampaio**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (32 min.).

_____ 2. **Entrevista II Agrupamento Alberto Sampaio**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (23 min.).

_____ 3. **Entrevista III Agrupamento Alberto Sampaio**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (18 min.).

_____ 4. **Entrevista IV Agrupamento Alberto Sampaio**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (16 min.).

_____ 8. **Entrevista VIII Agrupamento Alberto Sampaio**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (6 min.).

_____ 3. **Entrevista III Agrupamento Carlos Amarante**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (10 min.).

_____ 4. **Entrevista IV Agrupamento Carlos Amarante**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (7 min.).

_____ 5. **Entrevista V Agrupamento Carlos Amarante**. [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (9 min.).

_____ 7. **Entrevista VII Agrupamento Carlos Amarante.** [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (12 min.).

_____ 8. **Entrevista VIII Agrupamento Carlos Amarante.** [out. 2015]. Patricia Regina Piovezan. Braga, 2015. 1 arquivo mp3 (16 min.).

QUIBAO NETO, J.; JACOMINI, M. A. Descrição e análise dos vencimentos de professores da rede estadual de ensino de São Paulo: algumas considerações de 1996 a 2010. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4, 2014, Porto. **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação.** ANPAE: Goiânia, 2014, p. 01-18. Disponível em: <www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/.../JoseQuibaoNeto_GT5_integral.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

RABELO, A. O. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 57-88, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100004>. Acesso em: 03 jul. 2016.

RAMOS, S. I. V. **(In) Satisfação e stress docente.** Coimbra: Estudo Geral, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/8522/1/Bem%20estar%20e%20mal%20e%20star%20docente.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

RELATÓRIO DA COMISSÃO. A situação do professor em Portugal. **Análise Social**, Lisboa, v. XXIV, n. 103-104, p. 1187-1293, abri/mai. 1988. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032742E9hPK9ju2Hw89SX2.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, A. P. L. A autoavaliação nas escolas portuguesas. diagnóstico com base nos resultados da avaliação externa. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, v. 6 n. 12, p. 116-128, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.ige.minedu.pt/upload/Artigos_PDF/Rocha_Autoavaliacao_Cadernos_Pedagogia.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

RODRIGUES, M. L. **Análise Comparativa do Sector Bancário entre Cabo Verde e Portugal.** 2010, Dissertação 55f. Dissertação (Mestrado em Finanças) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 2010.

ROSENFELD, C. L. Trabalho decente e precarização. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n.01, p. 247-268, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a12.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SÁ, T. 'Precariedade' e 'trabalho precário': consequências sociais da precarização laboral. **Configurações** [Online], v. 7, p. 91-105, 2010. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/203>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SANCHES, A. Professores portugueses são dos que mais tempo passam a dar aulas. **Público**. Lisboa. 25 jun. 2013. Sociedade, p. 01. Disponível em: <<https://www.publico.pt/sociedade/noticia/professores-portugueses-sao-dos-que-mais-tempo-passam-a-dar-aulas-1598298>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SANTOS, A. F. T. **Pedagogia do mercado**: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro, Ibis Libris, 2012.

SANTOS, B. S. O estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. **Oficina do Centro de Estudo Sociais**, n. 32, p. 869-901, 1992. Disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/32.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SANTOS, M. O. R. **Professores titulares e (outros) Professores**. Profissão, trabalho e relações entre docentes: breve ensaio sobre um processo de mudança. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2010.

SÃO PAULO. Decreto nº 59.448, de 19 de agosto de 2013. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 55.078, de 25 de novembro de 2009, que dispõe sobre as jornadas de trabalho do pessoal docente do Quadro do Magistério e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 1, 2013. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2013/decreto-59448-19.08.2013.html>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto nº 46.167, de 9 de outubro de 2001. Regulamenta o Bônus Mérito instituído às classes de docentes do Quadro do Magistério. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 1, 2001. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-46167-09.10.2001.html>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Decreto nº 24.948, de 3 de abril de 1986. Termos descritivos: Quadro do magistério; classes de cargos; professores. Disciplina as substituições nos impedimentos temporários dos integrantes do Quadro do Magistério e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, v. 96, n. 63, 1986. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/193265/decreto-24948-86>>. Acesso: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 1.093 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 1, 2009. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/.../lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.html>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 1.143, de 11 de julho de 2011. Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 01, 2011. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/norma/?id=161699>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 1.204, de 1 de julho de 2013. Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 01-03, 2013. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/.../lei.complementar/2013/lei.complementar-1204-01.07.2013.html>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 1.094, de 16 de julho de 2009. Institui a Jornada Integral de Trabalho Docente e a Jornada Reduzida de Trabalho Docente para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, cria cargos de docente que especifica. **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, Seção I, p. 3, 2009. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20090717&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=3>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, Seção I, p. 01, 2008. Disponível em: <http://deadamantina.edunet.sp.gov.br/legislacao/LC_1078_2008.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 891, de 28 de dezembro de 2000. Institui Bônus Mérito as classes de docentes do Quadro do Magistério, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 5, 2000. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20001229&Caderno=EXECUTIVO%20I&NumeroPagina=5>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 1.097, de 27 de outubro de 2009. Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Seção I, p. 01, 2009. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/6279925b177ee40183256b6f00692f13/a72d350cf6b505dc0325765f0046cc57?OpenDocument>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997. Institui Plano de Carreira, vencimentos e salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 01, 1997. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=6190>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Resolução SE 134, de 16 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 1, 2004. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/134_03.HTM?Time=1/14/2007%20:26:32%20AM>. Acesso: 03 jul. 2016.

_____. Resolução SE nº 74, de 06 de novembro de 2008. Institui o Programa de Qualidade da Escola-PQE e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo-IDESP. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Seção I, p. 01, 2008. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/74_08.HTM?Time=06/09/2014%2017:10:3>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SEQUEIRA, F. Alguns aspectos do processo de privatizações em Portugal (I). **Revista O Militante**. n. 281, p. 01, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.omilitante.pcp.pt/pt/281/Economia/95/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SICSU, J. O (des) emprego dez anos depois. **Carta Capital**, São Paulo, 19 fev. 2013. Economia, p. 01. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-desemprego-dez-anos-depois/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SILVA, J. C. **A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais na Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, G. R. A profissão docente em Portugal: carreira, formação e avaliação. In: **Fórum Português de Administração Educacional**, 2012, Lisboa. Actas O Espaço Público da Educação. Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20807>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SILVA, R. G. **As políticas neoliberais dos governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo**. 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SINISCALCO, M. T. **Perfil estatístico da profissão docente**. São Paulo: Moderna, 2003.

STOER, S. R. A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou disfarce humanista? **Análise Social**, Lisboa, vol. XIX, p. 793-822, 1983. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

TAKAHASHI, F. Apesar de concursos, SP contrata mais professores temporários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 15 mai. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/i1GWbK>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: SADER, E; GENTILI, P (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 195-252.

TEODORO, A. **Os professores: situação profissional e carreira docente**. Lisboa: Texto Editora, 1990.

_____. **Professores, para quê?** Mudanças e desafios na profissão docente. Porto: Profedições, 2006.

TEODORO, A.; ANÍBAL, G. A educação em tempos de globalização: modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 48, p. 73-91, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2853418>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMÁS, I.; COSTA, J. A. Avaliação de professores nas escolas públicas portuguesas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 457-484, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2016.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.

UNIVERSIDADE DO MINHO. **Braga**. Braga: Universidade do Minho, 2016. Disponível em: <<https://www.uminho.pt/PT/viver/braga/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

VIANNA, C. **Os nós do “nós”**. Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo, Xamã, 1999.

VICENTINI, P. R.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPPE**. Goiânia. v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/19013-68552-1-PB.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2016.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B. (Org.). **Democratização e educação pública: sendas e veredas**. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão - Edufma, 2011. p. 133-165.

WISEU, F.; MORGADO, J. C. Manuais escolares e desprofissionalização docente: um estudo de caso com professores de matemática. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, XI, 2011, La Coruña, **Libro de Actas do XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. La Coruña, Universidade de La Coruña, 2011, p. 991-1002. Disponível em: <<repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15860>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

VSKY, A. Evolução dos docentes desde 2005. Lisboa: **Blog de Arlindo**, 2014. Disponível em: <<http://www.arlindovsky.net/2014/02/evolucao-do-vencimento-dos-docentes-desde-2005/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

WALLERSTEIN, E. **Utopística ou as decisões históricas do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.